

A GEOECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS: DAS QUATRO MODERNIZAÇÕES À BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI)

The geoeconomics of Chinese Development: from Four Modernizations to Belt and Road Initiative (BRI)

Hélio Farias¹

Pedro Mendes Martins²

¹Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** heliofarias@gmail.com. **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-7717-9323>.

²Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** pedromendesmartins3@gmail.com. **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-5065-9928>.

Recebido em: 20 dez. 2019 | Aceito em: 25 mai. 2020.

RESUMO

Após o final da Guerra Fria, muitos analistas passaram a analisar a forma pela qual o sistema internacional se estruturaria. Dentre esses, destaca-se a contribuição de Edward Luttwak que cunhou o termo geoeconomia para ressaltar as tendências do sistema internacional, na qual as rivalidades interestatais seriam crescentemente moldadas por instrumentos comerciais e econômicos. A Belt and Road Initiative (BRI) pode ser analisada como mais um projeto geoeconômico criado para atender as demandas internas da economia chinesa e, ao mesmo tempo, garantir a projeção internacional do país. Trata-se de uma estratégia de inserção internacional recorrente na história chinesa que fundamenta o desenvolvimento econômico a partir de uma leitura sobre os condicionantes da competição geopolítica internacional.

Palavras-chave: Geoeconomia, Desenvolvimento Econômico, China.

ABSTRACT

After the end of the Cold War, analysts began to analyze how the international system would be structured. These contributions include the Edward Luttwak's, who coined the term geoeconomics to analyze the trends in the international system. Interstate rivalries would be increasingly influenced by commercial and economic instruments. The Belt and Road Initiative (BRI) can be viewed as another geo-economic project designed to meet the demands of economy as well as to ensure the China's international projection. It is a strategy of recurrent international insertion in Chinese history, in which economic development is based on the conditions of international geopolitical competition.

Keywords: Geoeconomics, Economic Development, China.

INTRODUÇÃO

Em 2019, a China comemorou o aniversário de 70 anos da fundação de sua República Popular. Nesse período, o país e o sistema internacional passaram por mudanças profundas. Uma delas foi o fato de que a China se tornou uma das maiores economias do mundo, líder na produção industrial e no comércio. O país passou a adotar uma inserção internacional cada vez mais ativa e assertiva. Desde o conjunto de reformas iniciadas por Deng Xiaoping, na década de 1970, a ascensão chinesa é um dos exemplos mais notórios de desenvolvimento econômico com transformação estrutural (MEDEIROS, 2018).

O intenso ritmo de crescimento econômico chinês nas últimas quatro décadas foi sustentado, como afirmam Heilman e Melton (2013, p. 581), por um sistema de planejamento que evoluiu em suas estratégias e formas, mas que manteve a sua centralização política. Ao analisarem a ascensão chinesa, Blackwill e Harris (2016, p. 93) chamam a atenção para o manejo político das ferramentas econômicas, considerando a China o caso recente mais emblemático de estudo da geoeconomia.

O presente artigo buscará analisar como o desenvolvimento econômico e a crescente projeção de poder e influência internacional chinesa podem ser analisadas à luz da geoeconomia. Argumenta-se que o desenvolvimento econômico chinês, desde as reformas iniciadas por Deng Xiaoping na década de 1970, com as Quatro Modernizações, a atual Belt and Road Initiative (BRI), caracteriza-se por ser fortemente influenciado por um projeto de inserção internacional requerente de autonomia estratégica. Este texto está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, realiza-se um breve resgate das contribuições teóricas da geoeconomia. Na sequência, analisa-se o processo de desenvolvimento econômico chinês, a partir das reformas de 1978 às circunstâncias presentes com a BRI.

A GEOECONOMIA E A ORDEM INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA

No início dos anos noventa, subsequente ao fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, surgiram muitas interpretações a fim de analisar como a ordem internacional se estruturaria. É desse período obras como a de Francis Fukuyama (1992) apontando supremacia do modelo de democracia liberal e do livre-mercado como fundamento básico do sistema internacional. Samuel Huntington (1997) preconizava que os conflitos internacionais desse período estariam associados à cultura e à ideologia, na sua obra “Choque de Civilizações”.

Edward Luttwak (1990), no entanto, buscou entender a relevância do comércio e das relações econômicas na competição geopolítica internacional. Considerava-se que o novo período seria marcado pelo que ele chamava de geoeconomia. As rivalidades interestatais seriam crescentemente marcadas pela competição ou cooperação econômica, substituindo os impactos da lógica geopolítica, isto é, da disputa centrada na conquista ou domínio de territórios e posições estratégicas para o exercício de poder e acumulação de riqueza de Estados. Segundo Scholvin e Wigell (2018, p. 75), apesar de lidar com uma relação entre poder estatal, economia e comércio internacional, as considerações de Luttwak não tiveram forte disseminação nos anos iniciais do pós-Guerra Fria.

Blackwill e Harris (2016, p. 21) argumentam que a ascensão da China nos últimos 40 anos e, sobretudo, a crise financeira de 2008 foram os principais fatores que deram maior espaço para a abordagem geoeconômica, até então marginalizada por grande parte dos acadêmicos, sobretudo economistas e analistas de política externa dos EUA. Para os autores, o trabalho de Susan Strange (1970), seminal contribuição à Economia Política Internacional, buscava justamente suprir a lacuna teórica entre as análises da economia e da política internacionais, visando superar a mútua negligência existente. Nos últimos anos, cresceram os estudos frisavam a utilização de instrumentos econômicos para políticas de poder dos Estados, entretanto, sem um tratamento sistematizado. Com as respostas nacionais à crise financeira de 2008, a situação se alterou. As políticas de intervenção de diversos Estados, incluindo as maiores potências econômicas, ressaltaram a importância da área. O conceito de geoeconomia pode ser definido como o uso de instrumentos econômicos para atingir fins geopolíticos (Blackwill, Harris, p. 20). Essa definição tem semelhanças com a de Scholvin e Wigell (2018, p. 74), que a definem a como sendo “*the application of economic means of power by states so as to realize strategic objectives*”. Isso quer

dizer, portanto, que a geoeconomia lida com instrumentos econômicos sendo preconizados por Estados para o controle de áreas geográficas específicas como a esfera de influência.

De acordo com Csurgai (2017, p. 2), a geoeconomia emerge como uma lente de análise que envolve elementos da geopolítica, da economia e da análise estratégica. Para ele, a geoeconomia não é uma substituta da geopolítica. Assim como Yves Lacoste (2009), defende que se trata de uma abordagem complementar à geopolítica. Em essência, a geoeconomia combina elementos da geopolítica com as ferramentas econômicas, percebendo o uso destas em um contexto maior das realidades do poder estatal. Blackwill e Harris (2016) sustentam, por exemplo, que na história de ascensão do poder americano, a geoeconomia sempre esteve presente, figurando ao lado do poder militar nas grandes decisões: compra da Louisiana no processo de expansão ao oeste; estabelecimento e ruptura dos acordos de Bretton Woods; Plano Marshall; pressões monetárias contra a Inglaterra em razão da crise no Canal de Suez. A geoeconomia configura-se, então, como sendo o uso de instrumentos econômicos para a promoção de interesses geopolíticos.

Uma expressão recente e ilustrativa do uso das ferramentas geoeconômicas é o caso da China. Segundo Beeson (2018, p. 13), a ascensão econômica chinesa permitiu ao país uma maior capacidade de agência, o que foi traduzido por um desejo de expandir sua influência para além do seu entorno estratégico tradicional. Essa análise tem similaridades com aquela feita por Blackwill e Harris (2016, p. 93) quando estes afirmam que a expansão do poder econômico chinês teria ampliado a capacidade para promover interesses geopolíticos, sendo que: *China is often correctly described as the world's leading practitioner of geoeconomics*.

O uso de ferramentas geoeconômicas para a consecução de objetivos geopolíticos pode também ser observado na relação da China com a Coreia do Norte. O relacionamento bilateral é marcado pela dependência norte-coreana. A China - desde o fim da Guerra Fria - tem usado sua assistência econômica àquele país como um meio de garantir a estabilidade doméstica e o relacionamento de Pyongyang com o restante do mundo. De acordo com os dados de Blackwill e Harris (2016, p. 102), 90% da energia consumida pela Coreia do Norte é importada da China. O governo chinês faz uso dessa ferramenta geoeconômica para pressionar o comportamento do governo norte-coreano. Não só isso, os investimentos chineses na Coreia do Norte são direcionados para atender as próprias necessidades estratégicas chinesas³.

A relação China-Japão também é um exemplo ilustrativo. O uso das ferramentas geoeconômicas por parte da China atende a dois objetivos estratégicos: o primeiro é proteger os interesses chineses nas disputas territoriais com o Japão e o segundo é enfraquecer a aliança japonesa com os Estados Unidos (Blackwill, Harris, 2016, pp.106-107). Para reforçar esse

³ A Coreia do Norte é altamente dependente do seu relacionamento com a China. Entre 65 a 85% do comércio exterior norte-coreano é realizado com a China, bem como é chinês a origem de aproximadamente 90% das importações norte-coreanas de energia (Blackwill, Harris, 2016). O duto Liaoning-Coreia do Norte chegou a ser fechado durante dias em 2003, como resposta a uma rodada de testes nucleares conduzidos pela Coreia do Norte naquele ano.

argumento, os autores citam a interrupção do comércio chinês com o Japão no contexto de disputas políticas, bem como a regulação do comércio de *commodities* - especialmente de terras raras, essenciais para a indústria japonesa - para influenciar ações envolvendo as disputas das Ilhas Diaoyu/Senkaku.

A análise mediante as lentes da geoeconomia permite compreender como o uso de instrumentos econômicos podem promover interesses geopolíticos dos Estados. Delineia-se, assim, uma tentativa de apresentar o elo existente entre a geopolítica e o desenvolvimento econômico. Na próxima seção, pretende-se fazer uma análise dos diferentes momentos do desenvolvimento econômico e projeção externa chinesa.

A GEOECONOMIA E AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS

O desenvolvimento econômico chinês sempre foi marcado pela forte participação do Estado, o qual buscou moldar o desenvolvimento à realidade geopolítica internacional. Durante a Guerra Fria, a rivalidade sino-soviética foi um elemento central, tanto na fase do “Grande Salto para Frente”, quanto nas reformas realizadas por Deng Xiaoping na década de setenta. Mesmo após o fim da Guerra Fria, com a dissolução da União Soviética, essa característica foi preservada com a estratégia de *Going Out*, nos anos noventa, e mais recentemente, a partir de 2013, com a *Belt and Road Initiative* (BRI).

Se a Revolução Cultural foi um período no qual os distintos modelos de Estado entraram em conflito dentro da China, no aspecto internacional esse momento foi marcado pelo isolamento chinês e pela intensificação da disputa fronteiriça entre China e União Soviética⁴. As já mencionadas tensões sino-soviética serviram para a aproximação da China com os Estados Unidos, gerando consequências de longo prazo tanto no país quanto no sistema internacional da época (Carvalho, 2016, p. 18).

Nas palavras de Radchenko (2010, p. 369):

By the end of the 1960's, the Sino-Soviet split transformed international politics. Fear of facing conflict on both Western and Eastern fronts prompted Soviet leaders to choose the lesser of two evils, and by the turn of the decade the United States was seen as a more limited threat. Many factors shaped Soviet thinking. Moscow interpreted American setbacks in Vietnam and the US economic recession as sure signs of Washington's decline. Meanwhile, China's military build up and displays of nuclear power served as constant reminders to Moscow of Soviet Union's vulnerabilities in Siberia and the Far East (...). Similar developments occurred on the Chinese side. After the 1969 war scare, internal assessments in Beijing conclude that the USSR was China's greatest external threat. Mao moved swiftly toward a rapprochement with Washington, seeking improved

⁴ O cisma sino-soviético é o nome dado para uma série de tensões que culminaram com o rompimento dos dois Estados durante os anos 1950 e 1960. Inicialmente, a China e a União Soviética possuíam divergências ideológicas envolvendo as formas de condução de seus regimes. Com a ascensão de Nikita Krushchev na URSS, o início da coexistência pacífica, a neutralidade soviética na Guerra Sino-Indiana de 1962 e o fim dos acordos de cooperação nucleares entre China e União Soviética, as relações foram agravando-se até que culminaram com choques entre tropas chinesas e soviéticas no Rio Ussuri, uma zona de disputa entre os dois países na Mongólia Exterior (Dikotter, 2014). As relações entre os dois países só seriam normalizadas no início dos anos 2000, após o desmantelamento da União Soviética.

relations with the United State as a measure of security against perceived Soviet expansionism.

Pela perspectiva geopolítica, a aproximação entre China e EUA significava um risco para a União Soviética, que temia enfrentar uma batalha em duas frentes (Milaré, Diegues, 2014). A extensa fronteira terrestre entre China e Rússia demandava as maiores preocupações. Nas palavras de Kissinger (2012, p. 663 - p. 669), Secretário de Estado os EUA no governo de Richard Nixon (1969-1974):

(...) a União Soviética talvez tivesse razões ainda mais fortes para buscar um refrigerio. A quantidade de divisões soviéticas na fronteira chinesa deixava antever que a União Soviética, enfrentando tensões em duas frentes milhares de quilômetros distantes entre si, poderia muito bem estar predisposta a soluções políticas com os Estados Unidos, especialmente se tivéssemos êxito em nossa abertura com a China - princípio fundamental da Estratégia de Nixon. (...) Quando a União Soviética não pudesse mais contar com a hostilidade permanente entre as outras duas nações, a mais poderosa e a mais populosa do mundo - pior ainda, se as duas realmente dessem sinais de ter iniciado uma cooperação - a intransigência soviética diminuiria, talvez mesmo desaparecesse. Os soviéticos tinham de agir com cautela, pois uma postura ameaçadora poderia intensificar a cooperação sino-americana. Nas condições do final da década de 1970, boas relações sino-americanas tornaram-se um elemento fundamental na estratégia soviética do governo Nixon.

Com base nessa leitura geopolítica, a visita presidencial de Nixon à China propiciou aproximações diplomáticas e fomentou as condições para o fim do embargo comercial dos EUA ao país asiático (Medeiros, 1999, p. 99). À China foi concedido o status de país em desenvolvimento e o tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF), o que permitiu um rápido crescimento do setor manufatureiro, a exemplo da indústria têxtil, e o acesso ao crédito externo (Milaré, Diegues, 2014, p. 74). Por meio de tais medidas, a China conseguiu superar a principal restrição à modernização industrial do país: a obtenção de moeda externa, sobretudo dólares, para a importação de máquinas e equipamentos (idem, p. 74).

O contexto geopolítico favorável trouxe ganhos para a indústria chinesa, os quais seriam potencializados por mudanças estruturais na economia internacional. O processo de internacionalização da produção, com as empresas multinacionais atuando cada vez mais em rede, contribuiu para o deslocamento crescente de atividades industriais dos países ocidentais para a Ásia, especialmente à China. Robert Gilpin (2004) denomina esse período de fortes transformações como a segunda grande era do capitalismo global, cujo destaque é o deslocamento geográfico - do Atlântico Norte para o Pacífico - da produção industrial e do poderio econômico.

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping foram graduais, sem que o Estado perdesse o seu papel de promotor de mudanças estruturais nos setores produtivos, elemento central do desenvolvimento econômico chinês (Naughton, 2007). No caso das estatais (*State Owned Enterprises*, SOEs), o governo chinês flexibilizou o seu controle quanto a quantidade a ser produzida por estas empresas e criou o “Sistema de Responsabilidade Contratual”. Cada empresa

firmava um contrato com o governo, no qual se comprometia a pagar um dado valor de contribuição ao final do ano, enquanto o excedente poderia ser investido ou repartido dentro da empresa (Milaré, Diegues, 2014, p.79). Ao fazer isso, o governo chinês garantiu condições para uma gestão com maior autonomia nas SOE's, delegando a responsabilidade pela modernização da estrutura produtiva. Ao Estado, coube o planejamento e controle dessa produção industrial de forma indireta. O acesso ao crédito externo e a autonomia na gestão da empresa viabilizou um aumento nas taxas de investimento que, por sua vez, contribuiu de sobremaneira para o crescimento do PIB chinês (idem, p. 79)

Além disso, o governo chinês promoveu medidas de incentivo tanto à exportação quanto a absorção tecnológica e a entrada de Investimento Externo Direto (IED's). Para esses fins, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), concentradas ao longo do litoral chinês, foram efetivas. As concessões de uma série de benefícios, como isenção fiscal e liberdade cambial, às empresas que ali se instalassem foram determinantes (Milaré, Diegues, 2014, p. 81). A conjunção desses incentivos fiscais, com câmbio desvalorizado e a baixa carga tributária deram ganhos de competitividade ao produto chinês, incentivando a instalação de empresas chinesas exportadoras e de empresas multinacionais. Deve-se observar, contudo, que o processo de atração de multinacionais foi definido caso a caso e com a exigência da associação do capital entrante com os grupos nacionais chineses, usualmente sob a forma de *joint-ventures*, bem como essas empresas deveriam dar preferência para aquisição de insumos locais (idem, p. 83).

Com isso, o Estado chinês foi capaz de acelerar o processo de absorção de tecnologia e de estimular a formação de cadeias produtivas com níveis crescentes de autonomia. Isso se deu porque as empresas chinesas puderam aprender com seus parceiros e criar um processo de "engenharia reversa" nos mais diferentes setores. Ademais, a necessidade de estabelecimento de *joint-ventures* permitiu que os chineses pudessem criar grupos nacionais, como são os casos dos grupos *China International Trust Investment Corporation* (CITIC, na sigla em inglês) e *China Ocean Shipping Group Company* (COSCO, na sigla em inglês). O primeiro é um conglomerado que atua no setor financeiro atuando no desenvolvimento da indústria e serviços industriais, enquanto o segundo é um conglomerado que atua no transporte marítimo (Acioly et al, 2009). São grandes grupos capacitados para concorrer internacionalmente por terem acesso às técnicas de produção e gestão, bem como uma série de incentivos estatais à exportação, como redução tributária, crédito subsidiado e câmbio desvalorizado (Milaré, Diegues, 2014, p. 84).

A referida trajetória do desenvolvimento chinês se deu no contexto geopolítico da Guerra Fria, da bipolaridade EUA e URSS no âmbito global, e da rivalidade sino-soviética na dimensão do bloco socialista. O final da Guerra Fria gerou uma mudança no sistema internacional. Os impactos na China não ocorreram como os da Rússia e dos antigos países do Leste Europeu. As lideranças políticas de Pequim já haviam realizado uma série de reformas econômicas liberalizantes antes do fim da bipolaridade, o que deixou o país em situação relativamente vantajosa em relação aos demais do bloco socialista.

A partir dos anos noventa, a China passa a adotar a estratégia de incentivo à internacionalização das empresas chinesas - dentre as quais, as já mencionadas CITIC e COSCO são casos emblemáticos - que foi conhecido como estratégia *Going Out*. Se até a década de 1970, as formas de inserção chinesas eram realçadas pela rivalidade geopolítica sino-soviética, com as reformas de Deng Xiaoping e, em especial após o anos noventa, tais formas assumem uma característica geoeconômica significativa.

Como afirma o trabalho de Au Loog Yu e Kevin Li (2011), o processo de internacionalização da economia chinesa começou após as reformas de Deng Xiaoping. Naquele período, o governo chinês ainda detinha intenso controle sobre o envio de capitais para o exterior, o que vai ser progressivamente relaxada durante toda a década de 1980 (Yu, Li, 2011). Desde que teve início, as estratégias de inserção internacional foram guiadas pelo Estado, que selecionou as empresas e os mercados que deveriam ser alvo de expansão. Nesse sentido, o processo de internacionalização chinês, sobretudo por meio das empresas estatais, esteve alinhado com as estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

Segundo Salidjanova (2011, p. 4), a internacionalização da economia chinesa pode ser dividida em quatro momentos: o estágio de 1979 a 1985, o de 1986-1991, 1992- 1998 e o iniciado a partir de 1999. No primeiro, 1979 a 1985, ocorreu a abertura comercial chinesa, de modo que tanto o comércio externo quanto os investimentos chineses eram controlados pelo governo central. Nesse período, a maior parte do investimento externo chinês estava concentrada nas *tradings* (Yu, Li, 2011, p.4). No segundo momento, de 1986 a 1991, o governo chinês iniciou uma série de reformas liberalizantes que passaram a permitir que empresas, mesmo as privadas, pudessem se investir no exterior, como foram os casos das petrolíferas *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a Sinochem. No terceiro momento, de 1992 a 1998, o governo chinês reafirmou uma série de reformas com o intuito de consolidar “economia socialista de mercado” (Yu, Li, 2011, p.16). A ideia era abrir o capital das grandes estatais chinesas – dentre as quais, as já mencionadas CNPC e Sinochem, bem como *China State Construction Engineering Corporation* (CSCEC), estatal de construção civil do país - como forma de atrair o capital privado e a maximização do seu lucro como prioridade (Yu, Li, 2011, p. 16). O raciocínio estava diretamente relacionado com a estratégia de *Going Global*: a abertura de capital das estatais chinesas permitiria que elas pudessem obter os conhecimentos necessários para entrar de modo competitivo no mercado internacional. E, por fim, no quarto momento, o governo chinês lançou - em 1998 - o *Index of Over-Invested Products for Moving Abroad*, no qual se afirmava que a exportação do excedente em capacidade produtiva era desejável não só para solucionar os problemas domésticos da economia chinesa, como uma forma de obter moedas fortes (Yu, Li, 2011,p.21-22).

Para o governo chinês, o foco dessa exportação do excesso de capacidade produtiva deveria ser os de países com economias em desenvolvimento:

Our country possesses a whole range of relatively nature industry technology. To move these industries abroad in general and to developing countries in particular will, apart from solving the problem of overcapacity, enable us to improve our national industry

structure. We now encourage the export of overcapacity industries to developing countries, especially to emerging markets like the Middle East, Southern region of Africa, Latin America, Far East Asia (Tan Xiao, 2003, pp.541-543 *apud* Yu, Li, 2011, p.25)

Além de serem alvo das exportações chinesas, os países do Oriente Médio, África, América Latina e Ásia (Extremo Oriente e Sudeste) servem como fontes de obtenção dos recursos estratégicos, fontes de energia e produtos agrícolas, necessários a intensa demanda chinesa. Desde 1993, a China se tornou importador líquido de petróleo, o que força um aumento nas importações desse e de outros recursos, aumentando os custos de produção das empresas chinesas (Yu, Li, 2011, p.27). Dentre as soluções encontradas, o governo chinês aprimorou sua estratégia de inserção internacional a fim de garantir, a um só tempo: o abastecimento dos recursos naturais e energéticos fundamentais ao seu desenvolvimento econômico; e a expansão dos capitais produtivos e financeiros chineses.

Mais recentemente, em 2013, a *Belt and Road Initiative* (BRI) foi criada. Dentre os motivos: direcionar para a uma zona de influência estratégica o excesso de capacidade produtiva da economia chinesa. Sobre isso, o 13º Plano Quinquenal (2016-2020) afirma (China, 2016, p.12):

Weak effective demand exists alongside insufficient effective supply; structural problems are becoming more evident; traditional comparative strengths are growing less effective; the capacity for innovation is not strong enough; downward pressure on the economy is growing; imbalances between government revenue and expenditures have become more marked, and latent risks are mounting in the financial sector. The foundations of agriculture are still weak, overcapacity is a serious problem in certain sectors, commodity housing inventory is high, corporate profits are sliding, and debt continues to grow

A BRI é um programa de investimentos chinês envolvendo 70 países e um orçamento estimado em 1 trilhão de dólares. Trata-se, em virtude dessas cifras, de uma das maiores iniciativas internacionais recentes. O programa de investimentos é composto por duas vertentes: uma terrestre, a Silk Road Economic Belt (SREB), e uma marítima, a 21st Century Maritime Silk Route. Essas duas vertentes se subdividem em 5 corredores, sendo 3 da vertente terrestre e 2 da marítima. Na vertente terrestre, uma das rotas passaria pelo noroeste e nordeste da China até a Europa e o Mar Báltico, passando pela Ásia Central e a Rússia. Uma segunda rota interliga o noroeste chinês até o golfo pérsico, passando pela Ásia Central e o Oriente Médio. O último corredor da vertente terrestre seria do sudoeste chinês até o Oceano Índico, passando pela península da Indochina. Por sua vez, a vertente marítima teria duas rotas: uma começaria nos portos costeiros chineses em direção à Europa e ao Oceano Índico, passando pelo Mar do Sul da China e pelo Estreito de Malaca. O segundo corredor marítimo seria em direção ao Pacífico Sul por meio do Mar do Sul da China.

Segundo Djankov (2016, p. 9), os investimentos previstos contam com o financiamento de bancos públicos chineses e de organismos multilaterais de financiamento em que a China tem participação, como o *Asian Investment and Infrastructure Bank* (AIIB) e o *Silk Road Fund*. Quanto aos bancos públicos chineses, os dados da OCDE (2018) permitem dar maior destaque para o Banco de Desenvolvimento da China, que investiu cerca de 110 bilhões de dólares em projetos até 2015, e a Corporação de Exportação e Créditos de Seguro da China, que investiu cerca de 570

bilhões até 2015. Além dessas instituições, também são instituições financiadoras da BRI o Banco Comercial e Industrial da China, tendo investido 159 bilhões de dólares, bem como o Banco da China que – até 2017 – investiu cerca de 100 bilhões de dólares em projetos da BRI. Os dados da OCDE (2018) também demonstram que dentre os setores que mais receberam investimentos chineses, no escopo da BRI, estão os setores de energia e transportes, ambos estratégicos para a inserção internacional da China.

O destaque desses setores pode ser explicado pela perspectiva da geopolítica. Parte significativa do comércio exterior da China, incluindo as importações de petróleo e de gás natural, passa por zonas de tensões geopolíticas, como o Mar do Sul da China e o Estreito de Malaca. Os investimentos chineses em energia e transportes, nesse sentido, teriam como finalidade a redução da dependência dessas regiões e rotas comerciais. Essa preocupação se destaca com o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês). Nele, o governo chinês busca ligar à região ocidental da China ao porto paquistanês de Gwadar por meio de uma série de obras de infraestrutura. O objetivo é obter uma nova rota pela qual o petróleo importado do Oriente Médio possa chegar à China sem passar pelas regiões supracitadas. (Ibanez, 2020)

Como exposto no relatório *China Going Global: between ambition and capacity* (China Policy, 2017, p. 6), a BRI representa um projeto de grande expressão geopolítica, exatamente porque atua no sentido de contrapor as projeções de potências globais, especialmente os EUA, no entorno estratégico chinês. Nas fronteiras à oeste, em direção a Península Indiana e a Ásia Central, e à Leste, no Mar Sul da China, concentram-se os investimentos em infraestrutura, as relações comerciais e acordos políticos-institucionais. Singh e Sahgal (2017, p. 1) sustentam que a BRI materializa a Grande Estratégia chinesa, com ambição e escopos sem precedentes. Nesse sentido, percebe-se que a reordenamento do sistema internacional a partir do fim da Guerra Fria, com o desmantelamento da União Soviética e o fim da bipolaridade, não mudou o fato de que o processo de desenvolvimento econômico da China sempre teve ativa participação do Estado como parte de um projeto de longo prazo, em que as transformações produtivas internas estão associadas às estratégias geoeconômicas e geopolíticas de inserção internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado na introdução deste artigo, o desenvolvimento econômico chinês tem forte participação do Estado na sua condução. Na primeira seção do artigo, elaborou-se uma análise do campo da geoeconomia e como esse campo de estudo pode ser aplicado à política externa chinesa recente. Durante os anos iniciais da Guerra Fria, a rivalidade sino-soviética e a inserção internacional chinesa contribuíram para a formulação de um modelo de desenvolvimento autóctone. Após grandes eventos da história da China sob liderança de Mao Tsé-Tung, bem como a aproximação sino-americana, o modelo de desenvolvimento chinês passou do seu caráter autóctone para um mais voltado à economia internacional.

É nesse contexto doméstico e internacional que Deng Xiaoping realiza as suas “Quatro Modernizações”. Com o fim da Guerra Fria, o modelo de abertura proposto e implementado por

Deng Xiaoping sofre uma modificação para permitir que as empresas chinesas rumem ao mercado internacional para conseguir novos mercados, equipamentos e tecnologias. Com a crise de 2008 e os prognósticos de desaceleração do crescimento econômico chinês, associado a preocupações de caráter geopolítico, o governo chinês lança, em 2013, o programa *Belt and Road Initiative* (BRI), uma estratégia de inserção internacional pautada em investimentos na infraestrutura de países vizinhos de modo a garantir recursos naturais essenciais para a sua economia. Com essa análise, espera-se contribuir com a sinalização de novas possibilidades de pesquisa, como o caráter geoeconômico da BRI e, por conseguinte, da ascensão chinesa.

REFERENCIAS

Acioly, L.; Alves, M.; Leão, R. (2009). *A Internacionalização das Empresas Chinesas*. Brasília: Ipea, 24p.

Blackwill, R.; Harris, J. (2016). *War by other means: Geoeconomics and Economic Statecraft*. London: Harvard University Press, 377p.

Beeson, M. (2018). 'Geoeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy'. *Economic and Political Studies*, [s.l.], 6(3), pp. 240-256, 3 jul. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/20954816.2018.1498988>. [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Carvalho, M. H. (2016). 'Evolução política econômica China no período maoísta (1949-1978)'. *Excedente*, Rio de Janeiro, p.1-32, nov. Disponível em: <http://www.excedente.org/artigos/a-evolucao-economica-e-politica-da-china-no-periodo-maoista-1949-1978/>. [Acesso em: 08 Nov. 2016].

Chang-Sheng, S. (2004). 'Do Grande Salto para a Frente à Grande Fome: China de 1958-1962'. *Diálogos*, Maringá, 8(1), pp.107-129, dez.

China (2016). *National Development and Reform Commission*. The 13th Five-Year Plan. Beijing, Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201612/P020161207645765233498.pdf>

China Policy. (2017). 'Going Global: between ambition and capacity. between ambition and capacity'. *China Policy*, Beijing, 3(1), pp.1-12, abr. Disponível em: <https://policy.cn/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf>. [Acesso em: 28 Out. 2019].

China's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape. In: *OECD Business and Finance Outlook*. [s.i]: OCDE, 2018. pp. 3-46.

Csurgai, G. (2017). 'The Increasing Importance of Geoeconomics in Power Rivalries in the Twenty-First Century'. *Geopolitics*, [s.l.], 23(1), pp.38-46, 27 out. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2017.1359547>. [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Dikotter, F. (2014). *Mao's Great Famine*. New York: Walker & Co, 382p.

Djankov, S. (2016) (Ed.). "The rationale behind Belt and Road Initiative", in: Djankov, Simeon; Miner, Sean. *China's Belt and Road Initiative: Motives, Scope and Challenges*. [s.i]: Peterson Institute of International Economics. pp. 6-11.

Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.

Gilpin, R. (2004). *O Desafio do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Record.

Heilmann, S.; Melton, O. (2013). 'The Reinvention of Development Planning in China, 1993–2012'. *Modern China*, [s.l.], 39(6), pp. 580-628, 24 ago. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0097700413497551> [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Huntington, S. P. (1997). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Ibanez, P. (2020). 'Belt and Road Initiative and China-Pakistan Economic Corridor'. *Journal of China and International Relations*, pp. 23-44.

Kissinger, H. (2012). *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 859p.

Lacoste, Y. (2009). 'Géopolitique, économie et nation'. *Revue française de Géoeconomie*. n. 50, pp. 39- 44.

Luttwak, E. N. (1990). 'From Geopolitics to Geoeconomics: logic of conflict, grammar of commerce'. *The National Interest*, n.20, pp.17-23.

Medeiros, C. A. (1999). 'Economia política do desenvolvimento recente da China'. *Revista de Economia Política*, 19(3), pp. 92-112.

Medeiros, C. A. (2008). 'Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China'. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, s/n.

Milaré, L. F. L.; Diegues, A. C. (2014). 'A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle'. *Leituras de Economia Política*, Campinas, 22(1), pp. 69-98, dez.

Naughton, Barry (2007). *The Chinese economy: Transitions and growth*. MIT press.

YU, Au Loong; LI, Kevin. (2011). 'Preliminary Report on China's going Global Strategy: A Labour, Environment, and Hong Kong Perspective'. *Globalization Monitor*. Hong Kong., p.72.

Radchenko, S. (2010). 'The Sino-Soviet split'. *The Cambridge History of The Cold War*, [s.l.], pp. 349-372, jan., Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/chol9780521837200.018> [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Salidjanova, N. (s/d). 'Going Out: An Overview of China's Outward Foreign Direct Investment'. *U.s.-china Economic & Security Review Commission*, Washington. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/GoingOut.pdf> . [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Scholvin, S.; Wigell, M. (2018). 'Power politics by economic means: Geoeconomics as an analytical approach and foreign policy practice'. *Comparative Strategy*, [s.l.], 37(1), pp. 73-84, jan., Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01495933.2018.1419729> . [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Singh, H. K.; Sahgal, A. (2017). 'OBOR: China's Neo-Colonial Great Game. Delhi Policy Group', New Delhi, 2(5), pp. 1-6, maio. Disponível em: <http://www.delhipolicygroup.org/publication/policy->

[notes/dpg-policy-note-vol-ii-issue-5-ob-or-chinas-neo-colonial-great-game.html](https://mural.internacional.org.br/notes/dpg-policy-note-vol-ii-issue-5-ob-or-chinas-neo-colonial-great-game.html). [Acesso em: 17 Mai. 2020].

Strange, S. (1970). 'International Economy and International Relations: a Case of Mutual Neglect'. *International Affairs*, April, v. 46, pp. 304-315.